

# 05

Eduardo Gudynas é mestre em Ecologia Social e pesquisador no Centro Latino-Americano de Ecologia Social (Claes), Montevideu, Uruguai.

## — Transições ao pós-extrativismo

*Sentidos, opções e âmbitos\**

Eduardo Gudynas

Os estilos de desenvolvimento adotados na América Latina são insustentáveis. Persiste a dependência da exportação de matérias-primas, repetem-se sérias dificuldades para reverter a pobreza, e a deterioração ambiental continua avançando. Ao mesmo tempo, no plano global, passamos por uma crise multidimensional, e, para além da bonança econômica vivida em algumas nações latino-americanas, não podem ser ocultados os sérios problemas econômico-financeiros internacionais, nem as ameaças da mudança climática.

Apesar das restrições e dos alertas, os países sul-americanos seguem aprofundando um estilo de desenvolvimento baseado em uma intensa apropriação de recursos naturais, para posteriormente derramá-los nos mercados globais. Observa-se um forte incentivo ao extrativismo, tanto em setores clássicos, como a mineração e os hidrocarbonetos, como em algumas práticas agroindustriais.

\* Publicado originalmente em *Más allá del desarrollo* (Quito: Fundação Rosa Luxemburgo; Abya Yala, 2011).

Todos os países estão se tornando extrativistas: os que já eram diversificam seus empreendimentos, enquanto os que não eram tentam iniciar atividades como a mineração ou a exploração petrolífera. Por exemplo, um país petroleiro como o Equador busca agora promover a mineração em grande escala, e uma nação especializada no setor agropecuário como o Uruguai aposta na exploração de ferro a céu aberto.

Em todos esses países o extrativismo é o centro de fortes tensões e protestos sociais. Os motivos são muito diversos, e vão dos seus impactos ambientais até as consequências negativas nas economias tradicionais, desde o deslocamento forçado de comunidades até a ameaça vivida por grupos indígenas.

Essas situações se verificam em todos os países, apesar das diferenças substanciais entre a presença estatal, os níveis de captação de excedentes ou o papel desempenhado pelo extrativismo como estratégia de desenvolvimento nacional em cada um deles. Por isso, é necessário fazer uma distinção entre um extrativismo convencional e um extrativismo progressista.<sup>1</sup> Em ambos, porém, repetem-se alguns aspectos-chave, como a apropriação da Natureza para alimentar o crescimento econômico e uma ideia de desenvolvimento entendido como progresso material continuado e linear.

Essas situações obrigam qualquer estudo de uma “alternativa ao desenvolvimento” a necessariamente levar o extrativismo em consideração; de outra maneira, a proliferação e a gravidade dos empreendimentos extrativistas farão com que qualquer alternativa seja incompleta. Em outras palavras, neste momento histórico, as alternativas devem também promover um pós-extrativismo que permita romper e superar essa dependência.

1 Eduardo Gudynas, *El mandato ecológico: derechos de la naturaleza y políticas ambientales en la nueva Constitución* (Quito: Abya Yala, 2009).

No presente texto, examinam-se alguns aspectos de transições possíveis ao pós-extrativismo. A análise é parte dos trabalhos do autor e da equipe do Centro Latino-Americano de Ecologia Social no estudo do que chamamos “transições” a outro desenvolvimento ou “transições ao Bem Viver”.<sup>2</sup>

## O imperativo pós-extrativista

Pode-se elencar muitos argumentos que obrigam a avançar em direção a uma estratégia pós-extrativista. Aqui não se tenta revisar todos, mas é importante mencionar alguns dos mais importantes.

Em primeiro lugar, deve-se indicar a necessidade de deter os agudos impactos sociais e ambientais dos grandes empreendimentos. Existe uma ampla evidência desses impactos, que vão desde a contaminação até a perda de áreas naturais. Por exemplo, o avanço da megamineração ou da exploração petrolífera compromete novas áreas naturais que cobrem superfícies importantes, afetando locais de alta biodiversidade e colocando em risco recursos hídricos.<sup>3</sup> Da mesma maneira, é urgente superar o elevado patamar conflitivo

- 2 Distintas ideias foram apresentadas em oficinas e seminários apoiados pela Fundação Rosa Luxemburgo no Equador, juntamente com atividades similares desenvolvidas pelo Claes em outros países da região (particularmente, Peru e Bolívia; em menor medida em Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai) desde 2009. Diferentes aspectos foram publicados em diversos meios de comunicação na Bolívia, Equador e Peru; um marco geral sobre essas transições foi apresentado na revista *Ecuador Debate* (Cf. Eduardo Gudynas, “Alcances y contenidos de las transiciones al postextractivismo”, *Ecuador Debate*, Centro Andino de Acción Popular, Quito, n.82, 2011, p.61-79).
- 3 Lou Dematteis e Kayana Szymczak, *Cruda realidad: petróleo, devastación y resistencia en la Amazonía* (São Francisco: City Lights Books, 2008).

que permeia muitos empreendimentos extrativistas. Essas tensões são muito agudas em diversos lugares, acabam sendo envolvidas por espirais de violência e são contrárias à democracia.<sup>4</sup>

Também é necessário ter presente que o extrativismo oferece benefícios econômicos muito limitados. Por exemplo, a externalização dos custos sociais e ambientais representa um custo econômico severo, acentua a primarização econômica, reduzindo as capacidades de diversificação produtiva, e gera índices de emprego limitados.<sup>5</sup> Tampouco se pode esquecer que muitos setores dependem de recursos que serão esgotados em um futuro próximo (como as jazidas de hidrocarbonetos em vários países), enquanto o acesso a novas áreas de exploração implica procedimentos arriscados, de alto impacto social e ambiental, e inclusive incertos, dadas as limitações tecnológicas atuais.

Por fim, as mudanças climáticas globais impõem sérias limitações à exploração de hidrocarbonetos. Caso se deseje impedir o reaquecimento global, o restante de petróleo que persiste em nossos países não deveria ser queimado. Portanto, não faz sentido extraí-lo.

Toda essa problemática indica que, na atualidade, predomina na América do Sul um “extrativismo depredador”, em que as atividades são executadas em grande escala ou de forma intensiva, seus impactos sociais e ambientais são substantivos, e os custos são externalizados. Como resultado, as sociedades nacionais acabam tendo de lidar com os efeitos negativos desses empreendimentos, que representam apenas economias de *enclave* dependentes da globalização, gerando

4 José De Echave et al., *Minería y conflicto social* (Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Centro Bartolomé de las Casas; Centro de Investigación y Promoción del Campesinado; Consorcio de Investigación Económica y Social, 2009).

5 Alberto Acosta, *La maldición de la abundancia* (Quito: Comité Ecuménico de Proyectos; Swissaid; Abya Yala, 2009).

escassos benefícios para as economias nacionais e para a criação de empregos.

Portanto, é necessário, e também urgente, empreender uma alternativa pós-extrativista. A questão já não radica em debater a validade dessa necessidade: é necessário considerar as diferentes opções disponíveis para sair da dependência extrativista. Mais: os países que primeiro começarem a discutir essas questões estarão melhor preparados para lidar com um futuro próximo que certamente será pós-extrativista. Dessa maneira, a discussão deve residir em como organizar essas transições, quais podem ser seus sentidos, seus âmbitos de ação e os atores que conjuguem sua construção, e as metas a serem perseguidas.

Apesar dessas urgências, a necessidade de uma alternativa pós-extrativista ainda enfrenta várias restrições. Em alguns países, essa ideia é rechaçada por governos e amplos setores sociais; em outros, a discussão está essencialmente nas mãos da sociedade civil. No caso do Equador, o Plano Nacional para o Bem Viver 2009-2013 determina uma meta pós-extrativista,<sup>6</sup> mas não oferece detalhes convincentes das mediações para alcançá-la, e as medidas governamentais apontam em sentido contrário.

Para além dessas restrições, a necessidade de “alternativas” sempre foi invocada por setores muito distintos. Mas, apesar disso, a reflexão e os ensaios sobre como levar a cabo medidas concretas são muito mais limitados. Persistem problemas e restrições em como implementar mudanças efetivas, concretas e aplicáveis.

Portanto, a problemática das alternativas ao extrativismo encerra vários desafios. Por um lado, é

6 Senplades, Secretaría Nacional de Planificación, *Plan nacional para el Buen Vivir, 2009-2013* (Quito: Senplades, 2009).

necessário esclarecer o sentido dessas alternativas e, por outro, é necessário prover ideias para mudanças concretas. Tentaremos tratar desses aspectos, mostrando possíveis linhas de abordagem sem, no entanto, pretender esgotá-los.

### **Sentidos e metas das transições**

As transições para sair do extrativismo depredador devem superar vários obstáculos. Deve-se admitir que a persistência do desenvolvimento convencional, apesar de toda a evidência sobre seus impactos e limitações, demonstra que as resistentes ideologias da “modernidade” e do “progresso” estão profundamente enraizadas. Alguns atores não acreditam ser necessário estudar alternativas, outros combatem essa possibilidade. Há ainda os que consideram que os governos progressistas já encarnam as alternativas.

As razões dessas posturas são muito variadas, e seu estudo escapa do propósito do presente texto, mas é delas que vem e se reproduz o apego ao extrativismo. Assim, as ideias alternativas ao extrativismo para além da mineração ou dos hidrocarbonetos passam a ser rechaçadas como ingênuas, infantis, perigosas ou impossíveis. Vive-se o estranho paradoxo em que a esquerda atual de governos progressistas, concebendo-se como agente de mudanças, agora se congela, se recusa a pensar em transformações, atemoriza-se com as alternativas e, portanto, erige defesas conservadoras.

Por isso, as transições pós-extrativistas devem defender a validade e a necessidade das alternativas. Não basta elaborar opções, é necessário difundir a pertinência de se buscar futuros distintos. Isso requer manter a crítica ao extrativismo atual, assim como apontar vias de saída; as duas tarefas devem ser simultâneas.

Estabelecido esse ponto, é preciso identificar a orientação das alternativas. Aqui se defende que deve estar encaminhada para as chamadas “alternativas ao desenvolvimento”, no sentido de abandonar as ideias convencionais do desenvolvimento para transitar a outras concepções. Isso implica entender que as “alternativas” que se mantêm dentro da concepção contemporânea de desenvolvimento são, em geral, insuficientes – particularmente diante do extrativismo. Como resultado de um questionamento pós-desenvolvimentista, é preciso criar alternativas à própria ideia de desenvolvimento. Portanto, aponta-se para “alternativas ao desenvolvimento”.

Em geral, têm prevalecido as noções de “desenvolvimentos alternativos”, entendidas como ajustes instrumentais e parciais sem romper com as lógicas convencionais de desenvolvimento. Alguns tipos de “desenvolvimento alternativo” podem desempenhar um papel importante na medida em que propõem mudanças e ajustes necessários para reduzir e minimizar os custos sociais e ambientais do desenvolvimentismo, melhorar sua contribuição econômica e possibilitar mudanças mais profundas. Também podem enfrentar situações urgentes de redistribuição de riqueza, especialmente em alguns setores populares e, também, podem gerar melhores condições para um movimento em direção a transformações mais substanciais. Mas sempre são incompletos e não oferecem saídas substanciais à problemática atual.

### **As “alternativas ao desenvolvimento”, por outro lado, desafiam a base conceitual do desenvolvimento,**

**seus modos de entender a Natureza e a sociedade, suas instituições e suas defesas discursivas. Pretendem romper o cerco estabelecido pela racionalidade do desenvolvimento, possibilitando estratégias radicalmente distintas, não apenas em sua instrumentação, como também em suas bases ideológicas.**

Seguindo essa perspectiva, as “alternativas ao desenvolvimento” podem abrigo-se dentro do campo de ideias que hoje se agrupam sob o rótulo do Bem Viver, que pode ser caracterizado, de forma muito breve e esquemática, pela crítica à ideologia do progresso e ao crescimento econômico – sua expressão no desenvolvimento contemporâneo –, à intensa apropriação da Natureza e às suas mediações materiais. Além disso, o Bem Viver defende que se assegure “qualidade de vida”, em um sentido ampliado que transcende a dimensão material, individual e antropocêntrica em benefício de um certo bem-estar espiritual e comunitário que se estende a toda Natureza. O Bem Viver valoriza a Natureza em si mesma. Portanto, deseja manter sua integridade local e globalmente. Isso faz com que essa perspectiva esteja orientada a transcender o dualismo que separa sociedade e Natureza, e também a romper com a concepção de uma história linear, segundo a qual nossos países devem repetir os estilos e a cultura das nações industrializadas.

As ideias do Bem Viver nutrem-se de contribuições determinantes das culturas indígenas e, portanto,

desenvolvem-se em um campo intercultural. Estão em tensão com a visão dominante da modernidade eurocêntrica, mas não são um retorno ao passado, nem um conjunto de comportamentos estanques: decorrem de interações e articulações entre múltiplos saberes. Por fim, o Bem Viver não é essencialista. Não existe uma receita para alcançá-lo: ele deve ser construído de acordo com cada contexto histórico, social e ambiental. O Bem Viver não permite a existência de um “extrativismo depredador”, uma vez que este destrói a possibilidade de uma “boa vida” tanto individual quanto comunitariamente, e também destrói a Natureza com a qual se convive.

### **Sequências e estrutura das transições**

Entende-se aqui que as transições são um conjunto de medidas, ações e passos que permitem a movimentação do desenvolvimento convencional em direção ao Bem Viver. Isso implica mudanças de diversos graus, de modificações locais – aparentemente insignificantes – a transformações substanciais.

O desejo de mudança em relação ao desenvolvimento convencional aponta para um horizonte radical centrado no Bem Viver. Isso gera um mandato normativo, com claros apelos à justiça social e ecológica, a partir do qual pode-se imaginar futuros preferíveis a outros também possíveis. Estão em jogo valores e juízos tanto afetivos quanto cognitivos, por meio dos quais são visualizadas algumas condições preferíveis às atuais.<sup>7</sup> De fato, as transições podem ser entendidas

<sup>7</sup> Joseph Voros, “A generic foresight process framework” (*Foresight*, Australian Foresight Institute, Swinburne University of Technology, Hawthorn, Austrália, v.5, n.3, 2003, p.10-21).

como exercícios de construção de medidas para alcançar um futuro desejado.

Nesse esforço, é também muito importante considerar como essas transformações serão levadas adiante. Por um lado, a transição às alternativas ao desenvolvimento implica transformações muito profundas nos modos de vida da sociedade, tornando necessária uma crescente base social de apoio. Não podem ser impostas de um dia para o outro, nem se pode esperar que venham das mãos de uma liderança política messiânica, muito menos autoritária. Ao requerer uma base de sustentação democrática, deverá se apoiar na ampliação de suas bases de consenso e de capacidade de argumentação, o que demanda tempo.

Por outro lado, não existe uma ideia acabada e precisa dessa “alternativa”. Ela própria está em processo de construção, e não se pode prever todos seus componentes; serão necessárias etapas de ajuste, com seus acertos e erros, das quais devem ser retiradas aprendizagens, com vínculos e retroalimentações entre os diferentes setores.

Além disso, como se verá adiante, as transições necessariamente devem apelar para a cooperação e para outros tipos de integração entre os países da região. A proposta de desenvolvimento pós-extrativista não pode ser feita isoladamente e requer certos níveis de coordenação dentro da América Latina, ou pelo menos entre países vizinhos. Essas negociações levam seu tempo, o que implica que vários países adotem ritmos similares em seus processos de mudança.

Estabelecidos esses pontos, também é preciso deixar claro que as transições aqui postuladas não representam mudanças cosméticas nem um retorno aos “desenvolvimentos alternativos”. Na verdade, aqui se defende metas comprometidas com uma mudança radical no desenvolvimento. Rechaça-se a possibilidade de continuar avançando pela trilha do capitalismo contemporâneo, de alto consumo

de matéria-prima e energia, tentando atenuar seus efeitos mais desagradáveis. Está claro que se necessita uma mudança radical. As perspectivas transicionais supõem que não será possível atender a todas as fantasias de uma futura sociedade da abundância, repleta de bens de consumo, aparelhos automáticos para cada tarefa e transportes individuais.

Por fim, uma questão muito importante é que os sucessivos componentes de mudança cumpram algumas condições, entre elas, que provoquem efeitos positivos em termos de qualidade de vida e qualidade ambiental e que também sirvam para promover novas mudanças. As transições propostas devem ser equitativas – no sentido de não implicar cargas adicionais a quem já está atualmente em desvantagem –, democráticas e legitimadas pela cidadania. Também devem ser coerentes, no sentido de que seus diferentes elementos devem ser complementares entre si. Para alcançá-las, é preciso que as transições sejam compreensíveis e críveis como possibilidades reais de mudança.

### **Antecedentes-chave**

Existem vários antecedentes direta ou indiretamente ligados ao estudo de transições. Mencionaremos alguns exemplos. Desde meados dos anos 1990, o Grupo de Cenários Globais da Suécia elaborou distintas transições e cenários alternativos. Sua proposta mais elaborada foi a “Grande Transição”, apresentada na forma de cenários futuros focados na transformação com base em compromissos normativos.<sup>8</sup>

8 Incluindo um forte apelo à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida, contemplando seus aspectos não materiais. Ver



Também foram muito influentes o programa “Europa Sustentável” e as contribuições de pesquisadores do Instituto Wuppertal para o Clima, da Alemanha. Conceitos como a desmaterialização das economias, a mochila ecológica, o espaço ambiental etc. tiveram um forte impulso a partir desse instituto, que também apelou à imagem das transições.<sup>9</sup> Estes, por sua vez, incentivaram experiências similares na América Latina, por exemplo, no Cone Sul. Esse tipo de abordagem se abastece, entre outras fontes, da economia ecológica, das propostas de economias estacionárias e do movimento a favor do decrescimento, entre outras.

Devem ser mencionados, ainda, o projeto Global Environmental Outlook (GEO), promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Sua análise incluiu componentes de avaliação de cenários que em vários de seus primeiros casos na América Latina estudavam transições normativas (por exemplo, o GEO América Latina e Caribe, de 2003, e o GEO Mercosul, apresentado em 2008). No campo ambiental, também estão aparecendo vários chamados a transições para assegurar a conservação da biodiversidade.<sup>10</sup>

Entre as iniciativas cidadãos deve-se mencionar o movimento das “cidades transicionais” na Inglaterra e nos Estados Unidos, dirigido especialmente a reduzir o consumo de derivados do petróleo, apoiando-se na resiliência local.<sup>11</sup>

Na América do Sul também estão em marcha iniciativas cidadãos, esforços incipientes, mas que devem ser entendidos

Paul Raskin et al., *Great Transition: The Promise and Lure of the Times Ahead* (Boston: Global Scenario Group; Stockholm Environment Institute, 2002).

9 Wolfgang Sachs; Reinhard Loske; Manfred Linz, *Greening the North* (Londres: Zed Books, 1998).

10 Thomas M. Parris; Robert W. Kates, “Characterizing a sustainability transition: Goals, targets, trends, and driving forces” (*Proceedings of the National Academy of Sciences*, Washington D.C., v.100, n.14, 2003, p.8068-8073).

11 Rob Hopkins, *The Transition Handbook: From Oil Dependency to Local Resilience* (Vermont: Chelsea Green, 2008).

como propostas pós-extrativistas, como a campanha por uma moratória petrolífera na Amazônia equatoriana, conhecida como Iniciativa Yasuní-ITT, ou as reivindicações pela consulta prévia e informada sobre a mineração no Peru.

A campanha mais complexa e elaborada aconteceu no Peru, sob o título de “Alternativas ao extrativismo”. Promovida pela Rede Peruana por uma Globalização com Equidade (RedGE), foi lançada no final de 2010 e experimentou um apogeu no início de 2011, agrupando um amplo conjunto de organizações e redes.<sup>12</sup> A campanha fez *advocacy* junto aos partidos políticos, apresentando-lhes uma agenda de reformas e posicionamentos em relação aos empreendimentos extrativistas; realizou oficinas de capacitação e atividades com a imprensa; paralelamente, encomendou estudos de transições pós-extrativistas para vários setores, como meio ambiente, energia, mineração, agropecuária, pesca etc.<sup>13</sup>

12 A campanha “O Peru e o modelo extrativo: Agenda para o novo governo e necessários cenários de transição” foi apresentada à sociedade e a partidos políticos em março de 2011 pelas seguintes organizações: Associação Nacional de Centros (ANC), Associação Pró Direitos Humanos (Aprodeh), Centro Peruano de Estudos Sociais (Cepes), Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Social (Conades), CooperAção, Direito, Ambiente e Recursos Naturais (DAR), Fundação Ecumênica para o Desenvolvimento e para a Paz (Fedepaz), Fórum Solidariedade Perú, Grupo Allpa, Grupo Proposta Cidadã, Instituto de Promoção para a Gestão da Água (Iproga), Movimento Cidadão de Enfrentamento à Mudança Climática (Mocicc), Rede Jubileu Peru, Rede Peruana por uma Globalização com Equidade (RedGE), Rede Muqui, Revenue Watch Institute, Comissão Andina de Juristas, Movimento Manuela Ramos, Rede Tukuy Rikuy, Associação Serviços Educativos Rurais (SER), Conselho Machiguenga do Rio Urubamba e Centro Latino-Americano de Ecologia Social (Claes) <<http://redge.org.pe/node/637>>.

13 Veja os estudos em Alejandra Alayza e Eduardo Gudynas (orgs.), *Transiciones: post extractivismo y alternativas al extractivismo en el Perú* (Lima: Red Peruana por una Globalización con Equidad; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2011).

Essa agenda peruana de alternativas ao desenvolvimento enumerou um conjunto de demandas e propostas para o novo governo do país sob os chamados “necessários cenários de transição”. Partiu-se do alerta de que, entre outros aspectos, “a estratégia de crescimento baseada em setores extrativistas mostra seus limites e enfrenta sérios questionamentos”, fazendo necessário “transitar a novos cenários de sustentabilidade, equilíbrio e respeito irrestrito aos direitos das pessoas”. Em seguida, pontua distintos elementos para essas mudanças, como, por exemplo, “começar a definir cenários de transição”, em que “o Estado recupere presença e capacidade de regulação e controle” sobre o território, com verdadeiros controles ambientais, ordenamento e planejamento do uso sustentável do território e melhora das avaliações ambientais. Acrescenta-se que é preciso “transitar de uma economia profundamente extrativista a um modelo de crescimento que em vez de ameaçar nossa biodiversidade utilize-a de maneira racional e sustentável”. Também se apela a um compromisso ético de “respeito irrestrito aos direitos das pessoas, aos princípios democráticos e, portanto, à promoção da participação cidadã e à consulta prévia, livre e informada”.

A partir desse tipo de experiências, foi lançada em 2011 uma plataforma de estudo de transições a desenvolvimentos alternativos. É um espaço de intercâmbio e cooperação entre organizações que buscam promover esse tipo de esforços.<sup>14</sup>

Esses antecedentes refletem uma ampla variedade de experiências, em alguns casos, análises e estudos técnicos e, em outros, vinculados às práticas sociais de ONGs e movimentos sociais. Isso demonstra que existe um amplo leque de ideias, propostas e elementos que podem ser aproveitados na construção de transições.

14 Cf. <<http://www.transiciones.org>>.

## **Zero pobreza, zero extinções**

As transições pós-extrativistas devem atender duas condições indispensáveis: erradicar a pobreza e impedir novas perdas de biodiversidade. Essas condições representam exigências próprias de um processo de mudança orientado ao Bem Viver e aos Direitos da Natureza – o que as situa em um mesmo nível de importância.

Neste marco, a apropriação dos recursos naturais e a organização dos processos produtivos são obrigadas a respeitar, por um lado, os limites ambientais e, por outro, a qualidade de vida. As saídas pós-extrativistas devem assegurar a superação de um “limite de pobreza” ao mesmo tempo que combate o uso exagerado e o desperdício dos recursos naturais: o consumismo é um dos fatores principais da geração de desigualdade, que causa a pobreza, e é responsável, em boa parte, pelos problemas ambientais.

Por isso, as alternativas ao desenvolvimento buscam tanto a erradicação da pobreza quanto a anulação do superconsumo. Quanto ao uso dos recursos naturais, deve-se estabelecer também limites de apropriação da Natureza, indispensáveis para assegurar a conservação da biodiversidade, da integridade dos ecossistemas e, com isso, os Direitos da Natureza. Quando esses limites são superados, como acontece em muitos empreendimentos típicos do extrativismo depredador, produzem-se impactos ambientais graves, desencadeiam-se mudanças irreversíveis nos ecossistemas ou ocorrem extinções de espécies.

A Figura 1 ilustra esquematicamente esses limiares e limites. Observa-se que dentro dos limiares e limites pode-se descrever um “campo da sustentabilidade”, entendido como o conjunto de atividades possíveis que



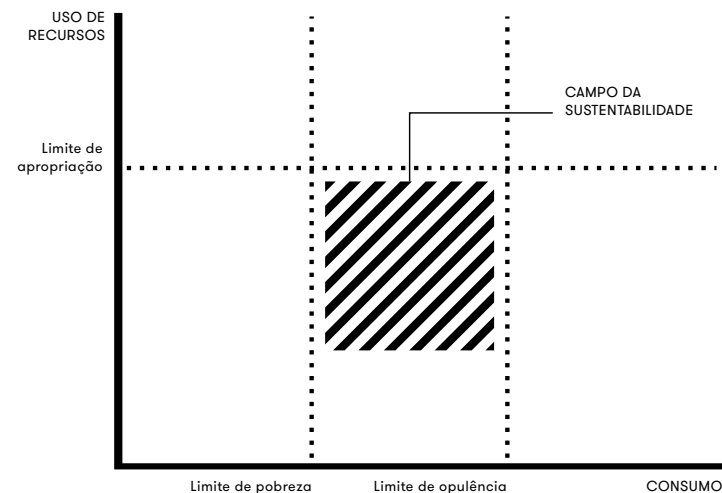
permitem desfrutar de uma adequada qualidade de vida enquanto asseguram a integridade da Natureza. Dentro desse campo há possibilidades para seguir caminhos próprios em cada país ou região. De acordo com essa proposta de transição, não são impostos padrões iguais de consumo a todos. Tampouco existe um planejamento rígido centralizado ou se ignora a diversidade de posicionamentos individuais e culturais sobre o que é o Bem Viver.

Essa nova visão torna necessárias mudanças importantes. A ilusão de repetir o padrão de crescimento econômico dos países industrializados – baseado em um altíssimo consumo de matéria-prima e energia e grande destruição ambiental – deve ser abandonada. O desenvolvimento imitativo não tem futuro. Deixa de ter sentido, então, a clássica ideia de uma relação direta e mecânica entre crescimento econômico e bem-estar social: o PIB perde seu *status* de indicador privilegiado.

Atualmente, em muitos países sul-americanos, uma porcentagem substancial da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, enquanto uma pequena elite está para além das fronteiras da opulência. Portanto, as transições implicam tomar medidas para retirar vastos contingentes da pobreza, mas, ao mesmo tempo, impor condições sobre o consumo exagerado. Esse reordenamento do consumo e dos processos produtivos deve também ser executado dentro dos limites de apropriação da Natureza. Portanto, os componentes das transições devem atender essas condicionalidades.

O reordenamento dos processos produtivos segundo tais parâmetros promoverá outros equilíbrios entre os distintos setores econômicos. O extrativismo se verá reduzido drasticamente, mas as exigências de uma melhor qualidade de vida, por exemplo, levarão à construção de mais centros educativos ou postos de saúde. Assim, o setor de construção

FIGURA 1



Campo da sustentabilidade delimitado pelos limites de pobreza e de opulência no consumo e por um limite de apropriação de recursos naturais, para assegurar a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

poderá se expandir. Portanto, embora as transições abandonem o crescimento como meta do desenvolvimento, haverá setores da economia na América do Sul que poderão crescer, enquanto outros se reduzirão. Nos países industrializados, porém, está claro que uma transição desse tipo exigirá, sobretudo, um decrescimento.

## Componentes das transições ao pós-extrativismo

As seções anteriores estabeleceram o marco das transições pós-extrativistas como parte de uma alternativa ao desenvolvimento centrada no Bem Viver. Portanto, agora é apropriado apresentar um conjunto de componentes concretos para possibilitar a mudança: não a ampla mudança de *uma única* alternativa ao desenvolvimento, mas as mudanças necessárias para tornar possível uma saída do extrativismo.

Como primeira fase, é necessário passar rapidamente de um “extrativismo depredador” para um “extrativismo sensato”, entendido como aquele em que as normas sociais e ambientais são cabalmente cumpridas, sob controles efetivos e rigorosos, e em que seus impactos são internalizados. Deve-se utilizar as melhores tecnologias, dispor de adequadas medidas de remediação e abandono de lugares, e aplicar estratégias de atenuação e compensação sociais efetivas. Não se pretende dizer que essa situação seja a melhor de todas, nem que seja um objetivo em si próprio, mas se mostra necessária para atender a grave realidade vivida em muitos lugares do continente. Aqui há um sentido de urgência para deter os danos ambientais e a deterioração social. Além disso, essa condição permite reduzir drasticamente a dependência exportadora e recuperar a capacidade estatal para a regulação.

Em seguida, é necessário passar a um “extrativismo indispensável”, por meio do qual só permanecerão ativos os empreendimentos realmente essenciais para atender as necessidades nacionais e regionais, ou seja, para assegurar a qualidade de vida das pessoas dentro do campo de sustentabilidade ilustrado na Figura 1.

Portanto, as transições pós-extrativistas não se traduzem em proibição a todas as modalidades de extrativismo, mas sim em um redimensionamento substancial do extrativismo, por meio do qual se mantêm as modalidades genuinamente

necessárias, as que cumpram requisitos sociais e ambientais e que estejam diretamente vinculadas a cadeias econômicas nacionais e regionais. Nesse caso, a orientação global das exportações é reduzida a um mínimo, e o comércio dos produtos resultantes do extrativismo é destinado, sobretudo, a mercados continentais.

A seguir, enumeram-se medidas que permitiriam reduzir a dependência exportadora de produtos extrativistas e amenizar e remontar suas implicâncias econômicas, além de alguns outros componentes associados. Trata-se de um conjunto de reformas, transformações e mudanças substanciais, em um amplo leque de atuação que vai dos aspectos instrumentais de organização dos processos produtivos à valoração dos recursos. Tais reformas devem ser aplicadas tanto em nível local quanto nacional e continental. A proposta se sustenta, portanto, em um conjunto de medidas articuladas e coordenadas entre si. Não se deve analisá-la separadamente, uma vez que sua articulação em conjunto é indispensável para sua aplicação. A seguir, são oferecidos alguns de seus componentes chave.<sup>15</sup>

## Componentes ambientais e econômicos

Um primeiro conjunto de medidas se refere à aplicação de controles sociais e ambientais substantivos e eficientes dos empreendimentos extrativistas. Simultaneamente, é preciso avançar em uma correção social e ambiental dos preços dos produtos extraídos.

15 Cf. mais detalhes em Eduardo Gudynas, “Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo” (*América Latina en Movimiento*, ALAI, Quito, n.462, 2011, p.1-20); algumas seções do presente capítulo resumem ou repetem essas contribuições.

O primeiro conjunto de medidas visa a reverter a situação em que se mantêm muitos empreendimentos minerais ou petrolíferos que não foram submetidos a controles ambientais ou sociais rigorosos. Essa pode ser a situação de avaliações de impacto ambiental limitadas ou incompletas, de flexibilização das normas sociais ou ambientais, ou de um baixo controle e monitoramento dos empreendimentos. Um passo urgente é começar a aplicar de forma séria e eficiente as normativas de cada país. Caso os empreendimentos extrativistas não cumpram os requisitos, deverão ser modificados ou fechados. Os empreendimentos extrativos permitidos pelas regras atuais também deverão sujeitar-se a uma vigorosa gestão ambiental e a controles sociais, incluindo programas eficientes de mitigação e planos de contingência para acidentes, entre outros. A regulação deve abarcar toda a vida do projeto, incluindo as fases de abandono.

O segundo conjunto de medidas está baseado na correção dos preços dos produtos do extrativismo com base em seus efeitos sociais e ambientais. Com isso, procura-se proporcionar uma resposta urgente ao fato de que o preço de exportação das matérias-primas não inclui as externalidades ambientais, que acabam sendo assumidas pela sociedade ou pelo Estado do país exportador. Além disso, esses preços artificialmente baixos asseguram enormes lucros às empresas e incentivam o extrativismo.

Portanto, os preços desses recursos devem incluir custos como os pagamentos por remediação ou descontaminação ambiental, uso da água e perda de áreas agrícolas. Reconhecendo que nem todos os componentes sociais e ambientais podem ser incluídos no preço, aqui se propõe pelo menos chegar a uma contabilidade corrigida. Assim, o preço dos minérios ou dos hidrocarbonetos, por exemplo, será muito mais alto. Isso determinará que vários empreendimentos passem a ser economicamente inviáveis e fará

com que a taxa de extração dos projetos que continuem operando seja possivelmente menor, já que haverá queda no consumo devido ao aumento dos custos. Essas mudanças devem ser necessariamente coordenadas com os países vizinhos, evitando assim que os compradores internacionais recorram a outras nações com preços mais baratos.

A aplicação rigorosa das normas sociais e ambientais, juntamente com a correção ecológica e social dos preços, desemboca em importantes mudanças nas análises convencionais de custo/benefício. Nessa frente, muitos projetos extrativistas sempre foram apresentados como grandes êxitos econômicos, simplesmente porque os custos dos impactos sociais e ambientais eram ignorados ou não eram contabilizados: eram “invisíveis” do ponto de vista contábil. Portanto, ao se corrigirem social e ambientalmente os preços, essas perdas e efeitos negativos se tornam visíveis ao olhar economicista, e seguramente em muitos empreendimentos os prejuízos superarão os benefícios. Muitos projetos extrativistas deixarão de ser bons negócios graças à correta aplicação de uma ferramenta convencional como a análise custo/benefício.

O componente ambiental é particularmente importante em transições, uma vez que está baseado em reconhecer os valores intrínsecos na Natureza – tal como foram estabelecidos na nova Constituição do Equador. Portanto, os compromissos ambientais não são um objetivo secundário, mas se encontram no mesmo nível da busca por qualidade de vida das pessoas. Será necessário assegurar a conservação da biodiversidade, além de limitar os impactos humanos às capacidades dos ecossistemas – caso contrário, será necessário lidar com as consequências deles.

Em certo sentido, está claro que a extração de recursos naturais renováveis deve ser realizada dentro das taxas de reprodução próprias de cada um desses recursos e os processos produtivos devem ajustar-se de maneira tal que não gerem perdas de ecossistemas ou de espécies. Portanto, há que se estabelecer limites de apropriação dos recursos naturais. Desse modo, a necessidade de proteger a vida dos ecossistemas e de suas espécies exige extensas áreas de conservação, conectadas entre elas e submetidas a um manejo efetivo. A superfície protegida e sua representatividade nos distintos ecossistemas do continente devem aumentar substancialmente para assegurar a sobrevivência dos ecossistemas no longo prazo. Essas medidas geram restrições adicionais no uso da terra e no acesso aos recursos naturais.

O componente social tem aqui a mesma relevância e está orientado a erradicar a pobreza. Portanto, o uso dos recursos naturais encontra-se dentro de limites mais exigentes, e isso faz com que seja necessário utilizá-los tanto para atender as necessidades das populações do continente (em vez de exportá-los para nutrir o consumo de outros países) quanto para erradicar a pobreza. Isso exige que se evite o desperdício de matéria-prima ou energia, que se combata o consumo opulento e que se priorize a qualidade de vida das pessoas.

### A reconfiguração do comércio em recursos naturais

A correção dos preços seguramente também desencadeará mudanças no comércio internacional dos recursos naturais. As matérias-primas e seus derivados se tornarão mais caros, e os potenciais compradores buscarão fornecedores mais baratos ou recursos alternativos. Paralelamente, a oferta exportável também será menor, na medida em que se estariam

aplicando regulações sociais e ambientais mais estritas, e muitos empreendimentos não seriam mais viáveis. Isso aponta para o sentido pós-extrativista ao se reduzir as exportações extrativas tanto em diversidade quanto em volume, atenuando a primarização exportadora.

Se esse tipo de correção é levado adiante unilateralmente por um único país dentro da América do Sul, os empreendimentos extrativistas simplesmente se mudariam para uma nação vizinha. Por exemplo, se essas medidas fossem aplicadas no Equador, muitas empresas buscariam os mesmos recursos no Peru. Além disso, não seria raro que um governo vizinho aproveitasse essa circunstância proporcionando vantagens adicionais para atrair mais investimento estrangeiro.

Portanto, é indispensável que uma medida desse tipo seja coordenada em nível regional – e que a correção social e ambiental dos preços seja harmonizada entre vários países. Isso explica a razão pela qual as transições aqui apresentadas devem ser empreendidas por um conjunto de países. Serão necessárias várias mudanças nos atuais blocos de integração, como a Comunidade Andina ou o Mercosul, para que se possa levar essa proposta adiante.

As medidas indicadas anteriormente pressupõem uma queda nos fluxos de exportações de matérias-primas e seus derivados. Esse cenário é o centro de muitos questionamentos à proposta de transições, baseados no alerta sobre perdas de emprego e menores ingressos econômicos – tanto de exportações, quanto de tributos.

O modelo de transições estudado aqui oferece várias respostas a tais questionamentos. Em primeiro lugar, embora seja correto que o volume das exportações será reduzido, de todo modo é aceitável assinalar que o impacto nas finanças será limitado, visto que o valor

unitário será muito mais alto. Seriam exportados menos barris de petróleo, por exemplo, mas estes serão muito mais caros. Em segundo lugar, o Estado fará economias genuínas na medida em que deixará de gastar recursos milionários para lidar com o dano ambiental e social do extrativismo depredador, e não mais subsidiará projetos desse tipo – esse ponto será abordado posteriormente. Em terceiro lugar, os fundos antes destinados a subsidiar o extrativismo poderão ser realocados para outros fins. Em quarto lugar, a geração de empregos nos setores extrativistas é pequena: a diversificação produtiva pode facilmente compensar essas perdas. Paralelamente, também é importante encarar uma reforma tributária. Alguns desses pontos serão retomados com mais detalhes a seguir.

### Economia das transições

As transições exigem que sejam retirados rapidamente os distintos subsídios com que os Estados sustentam o extrativismo. Esses apoios são chamados de “subsídios perversos”, pois geram impactos sociais e ambientais e mantêm artificialmente, ou tornam viáveis, distintas atividades econômicas. No caso do extrativismo, esse tipo de subsídio se expressa pelas exonerações tributárias, pela construção de rodovias e vias de acesso, pela energia subvencionada, pela água gratuita para a extração de minerais e outros incentivos proporcionados aos empreendimentos extrativistas.

Tais subsídios deixam claro que em muitos casos o problema não está realmente na escassez de recursos financeiros do Estado, mas sim na forma como o dinheiro é usado. Portanto, em transições, recomenda-se reverter os subsídios perversos em subsídios legítimos, entendidos como aqueles que promovem atividades de alta qualidade

ambiental, grande emprego de mão de obra e bons rendimentos econômicos. Esse tipo de subsídio pode ser utilizado, por exemplo, na reconversão para a agricultura orgânica (de menor impacto ambiental, menor consumo de energia e maior demanda de mão de obra) destinada ao atendimento das necessidades alimentares regionais.

No caso do neoextrativismo, a maior captação estatal de excedentes é um aspecto positivo que deve ser mantido e ampliado para todos os setores. As mudanças necessárias passam por *royalties* adequados (que não devem ser entendidos como impostos, pois na realidade são pagos para compensar perdas patrimoniais), cargas tributárias justas e a aplicação efetiva de impostos sobre grandes lucros. Em geral, os países da América Latina impõem *royalties* muito baixos aos setores extrativistas, a tributação é débil e não se aplicam impostos sobre os grandes lucros para impedir a especulação ou a imposição de poderes econômicos.

Insinuam-se algumas mudanças nessa situação, como o reconhecimento de iminentes aumentos nos *royalties* em alguns países, e a recente negociação de uma contribuição no Peru a ser aplicada particularmente às empresas que gozam de exonerações tributárias.

Uma possível economia pós-extrativista foi recentemente analisada pelos economistas Vicente Sotelo e Pedro Francke<sup>16</sup> no que se refere ao Peru. Distintos cenários alternativos foram considerados, incluindo um no qual se fechavam todos os empreendimentos mineradores e petrolíferos entre 2007 e 2011, e outro no qual, além dessa suspensão, reformava-se a tributa-

16 Vicente Sotelo e Pedro Francke, “¿Es económicamente viable una economía post-extracivista?”. In: *Transiciones: post extractivismo y alternativas al extractivismo en el Perú* (Lima: Red Peruana por una Globalización con Equidad; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2011).

ção sobre os que continuassem operando. Encontrou-se que, sob o primeiro tipo de medidas, os impactos sobre a economia peruana seriam substanciais. Mas, no segundo caso, se fosse aplicado um imposto sobre os lucros (calculado sobre 50% dos rendimentos), os efeitos negativos seriam revertidos, alcançando-se resultados positivos na balança de pagamentos e um aumento nas reservas internacionais líquidas. Esse estudo deixa claro que uma abordagem-chave para reverter a dependência extrativista é operar sobre a política fiscal, tornando indispensável introduzir alterações nas políticas tributárias. Além disso, esse estudo mostra que uma suspensão de empreendimentos mineradores não implica necessariamente uma debacle econômica.

Também deve-se recordar que, ao se reduzir o setor extrativista, paralelamente se deve diversificar outros setores, especialmente o agropecuário, o manufatureiro e o de serviços – um ponto que não será aprofundado aqui por limitações de espaço.<sup>17</sup>

### Mercados e capital

Um horizonte pós-extrativista também exige mudanças substanciais nas formas de regulação do capital, especialmente dos que circulam pela economia financeirizada. A crise atual reforça essa necessidade, na medida em que muitos capitais que antes se moviam pelos setores produtivos dos países industrializados agora atacam na América

17 As transições pós-extrativistas exigem outras mudanças substanciais na economia que não podem ser discutidas aqui por limitações de espaço, mas que estão orientadas a economias de estado estacionário. Ver como complemento Tim Jackson, *Prosperity Without Growth: Economics for a Finite Planet* (Londres: Earthscan, 2009) e Peter A Victor, “Ecological economics and economic growth” (*Annals of the New York Academy of Sciences, Ecological Economics Reviews*, Nova York, v.1185, n.1, jan. 2010).

Latina, empreendendo, por exemplo, a compra de terras ou a especulação com metais e alimentos. Dessa maneira, torna-se indispensável impedir a ação de fundos especulativos ou revisar a subordinação das regulações às necessidades de um suposto livre fluxo de capital. Existem muitos outros instrumentos específicos nesse campo e tão somente como exemplo se mencionará a necessidade de potencializar uma “nova arquitetura financeira” regional (que incluiria um Banco do Sul orientado a financiar empreendimentos social e ambientalmente sustentáveis) ou de criar linhas de investimentos públicos para reconversão energética ou proteção do patrimônio natural – incluindo o chamado “investimento ecológico”, no sentido proposto por Tim Jackson.

Paralelamente, é necessário desenvolver o conceito de “mercado” em suas variadas manifestações. Em geral, são enfatizados os mercados competitivos capitalistas, deixando de lado, marginalizando ou ocultando, outros mercados igualmente importantes na América Latina. Esse é o caso dos mercados que se baseiam na economia social e solidária, como aqueles que existem nas comunidades camponesas ou indígenas, incluindo, por exemplo, componentes de reciprocidade e permuta. As transições devem servir para tornar visível essa diversidade de mercados e fortalecer aqueles que representam contribuições substantivas para outro desenvolvimento.

Finalmente, as transições implicam várias mudanças nas abordagens da economia convencional sobre o capital. Até mesmo com um valor econômico corrigido, persistem limitações. Torna-se necessário, portanto, romper esse reducionismo e abrir um leque de valorações possíveis, isto é, reconhecer que existem outras formas de atribuir valor, como as culturais, estéticas, religiosas, ecológicas etc., além de levar em



consideração os valores próprios na Natureza – que são independentes das valorações outorgadas pelo ser humano. De acordo com essa perspectiva, a Natureza deixa de ser mercantilizável ou convertível em capital, e passa a ser abordada como um patrimônio.

### Políticas, regulações e Estado

Os elementos citados anteriormente deixam claro que as transições passam por vários tipos de regulação do mercado, muito diferentes entre si, em alguns casos mais diretos e, em outros, indiretos. Mas também se estabelece a necessidade de uma regulação sobre o Estado, para que possa lidar com problemas como os subsídios perversos, a flexibilização de normativas ou o péssimo desempenho de empresas estatais que se comportam da mesma maneira que as corporações transnacionais.

Assim, as transições exigem uma regulação social – ou seja, ancorada na sociedade civil –, que seria aplicada tanto sobre o mercado quanto sobre o Estado. É oportuno recordar a importância da transparência dos gastos estatais, discutir sua composição e a eficiência de sua execução. Isso acontece porque, em muitos casos, os recursos financeiros do Estado são gastos de maneira equivocada, em momentos inoportunos e em atividades duvidosas.

As transições também necessitam uma ampla reforma do Estado, não apenas nos aspectos financeiros indicados anteriormente, mas também em um sentido mais profundo, que se relaciona à sua organização, provisão de serviços, descentralização etc. Nesse terreno, também é necessário contar com efetivas políticas públicas, já que muitas delas desapareceram, debilitaram-se ou foram substituídas por serviços privatizados. Espera-se, por exemplo, que os programas

governamentais se autofinanciem e sejam rentáveis: a lógica mercantil invadiu as políticas públicas.

As transições para o Bem Viver rompem radicalmente com essa limitação, uma vez que não condicionam planos nem ações a uma possível rentabilidade. Além disso, as transições não são necessariamente um monopólio de execução estatal, pois é possível assentá-las sobre uma estrutura mais ampla e participativa da sociedade, apoiada na ideia do bem comum.

Pode-se mencionar, como exemplo, algumas políticas públicas a serem fortalecidas em cenários pós-extrativistas. Começemos pelas políticas ambientais, que devem ser ampliadas, dando fim à perversa insistência de se alcançar uma conservação limitada à comercialização de serviços ambientais, ao ecoturismo ou a outras formas de “capitalismo verde”. No meio rural, é urgente implementar um amplo leque de políticas públicas dirigidas à “família rural” e ao fortalecimento e à sustentabilidade das opções produtivas – particularmente das que possam ser reconvertidas em agroecologia. Medidas como essas têm, por sua vez, o efeito de reduzir a pobreza no campo.

Por fim, deve-se recordar a importância de políticas públicas territoriais. O extrativismo provoca uma desterritorialização e uma fragmentação que devem ser revertidas. As transições devem promover políticas que “unam” os *enclaves*, assegurando uma plena cobertura estatal em toda a geografia nacional. Isso exigirá planejamento territorial, com procedimentos adequados de participação cidadã, e mecanismos de coordenação e compensação tanto nacionais quanto continentais.

## Qualidade de vida e políticas sociais

Outro componente-chave para se adentrar uma trilha pós-extrativista é superar o vínculo de necessidade que se estabeleceu entre empreendimentos extrativistas e os planos de combate à pobreza. Isso exige, por um lado, criar financiamentos genuínos para que esses planos provenham de outras fontes e, por outro, voltar a ampliar a justiça social para além de simples medidas de compensação econômica, como as bolsas.

A reorganização do gasto público é um componente essencial, e, na medida em que em uma economia pós-extrativista haveria poupança genuína de recursos, ao se abandonar os subsídios perversos ou o custo das externalidades sociais ou ambientais do extrativismo, esses recursos financeiros poderão ser orientados para a erradicação da pobreza.

Em algumas circunstâncias, poderá haver um papel para os pagamentos monetários condicionados, pois são úteis para atacar situações de pobreza graves e urgentes. Subentende-se que sejam utilizados no início de uma fase de transições, mas não podem ser o sustento de uma política social, nem esta última ser reduzida a uma forma de assistencialismo econômico. Portanto, esse tipo de instrumento deve ser usado de forma limitada, restrita a certos setores e por curtos períodos de tempo. As medidas substantivas devem ser focadas na geração de fontes de empregos genuínos, no fortalecimento dos sistemas educativos e numa boa cobertura de assistência social.

Paralelamente, é necessário revitalizar o debate sobre a justiça social, que na atualidade parece encerrado a uma disputa sobre os valores e as aplicações dessas compensações econômicas. A justiça social é muito mais do que algumas medidas de compensação. Assim, deve-se atender à

mencionada reforma tributária e dos gastos estatais, mas também relançar discussões como as da renda básica.<sup>18</sup>

As políticas sociais deveriam atender dimensões variadas. Pode-se indicar pelo menos duas entre as que requerem maior urgência. Começamos pelo imperativo de erradicar a desnutrição no continente. É um escândalo que vários países estejam entre os maiores exportadores de alimentos do planeta, como o Brasil, e ainda continuem padecendo de problemas de subnutrição. Nesse caso, as políticas sociais devem se articular com estratégias de desenvolvimento rural e integração regional, para, dessa maneira, reorientar a produção para as necessidades de alimentação da região.

A educação é outra área que exige uma reforma substancial. As sérias limitações na educação primária e secundária são alarmantes em vários países (somando-se a isso o fato de que a esquerda fracassou em suas reformas educativas em quase todos os países). Portanto, torna-se urgente relançar a educação como uma política pública, de livre acesso, mas, ao mesmo tempo, melhorando sua qualidade e rigor.

## Regionalismo autônomo e desvinculação seletiva da globalização

Como se mencionou anteriormente, as transições pós-extrativistas dificilmente terão êxito se forem levadas adiante por um único país isoladamente. É indispensável que sejam coordenadas e articuladas entre um grupo de

18 Cf. José Iglesias Fernández et al., *Todo sobre la renta básica: introducción a los principios, conceptos, teorías y argumentos* (Barcelona: Virus; Baladre, 2001).

países, tornando necessária uma profunda reforma das dinâmicas atuais de integração regional na América Latina.

Atualmente, os países sul-americanos competem entre si no mercado global exportando conjuntos similares de matérias-primas. Ao recuarem nesse caminho, é indispensável que coordenem medidas, por exemplo, na correção dos preços ou em suas exigências sociais e ambientais.

Os setores alternativos que podem ser potencializados devem coordenar-se regionalmente. O compartilhamento de recursos gerará correntes comerciais dentro do continente. Isso exigirá, por exemplo, uma coordenação nos setores agroalimentares de distintos países sul-americanos (como provedores de mercadorias alimentares para outras regiões) para romper com a dependência global e para aproveitar seus recursos para alimentar sua própria população, anulando o quanto antes os componentes de desnutrição entre as camadas mais pobres. Também serão necessárias medidas de coordenação entre outras áreas, da conservação de paisagens naturais à organização de cadeias produtivas em que realmente participem todos os países.

Essas e outras medidas configuram uma nova proposta de regionalismo sob o contexto das transições, denominada de “regionalismo autônomo”. O comércio internacional não é rechaçado, mas redimensionado para atender, em primeiro lugar, às necessidades regionais dentro do continente. Chama-se de autônomo para deixar claro que essa articulação regional tem como uma de suas principais metas promover autonomia em relação à globalização. Com efeito, busca-se romper com a subordinação e com as amarras dos mercados globais, uma vez que é daí que se originam os fatores determinantes das estratégias produtivas e comerciais de nossos países. Em outras palavras, é necessário evitar que as opções produtivas sejam simples respostas ao sobe-e-desce de preços ou à demanda global.

Dessa maneira, a proposta de regionalismo autônomo é substancialmente diferente da estratégia que prevalece na América Latina e que corresponde a diferentes variantes do regionalismo aberto.<sup>19</sup> De acordo com essa visão, a integração regional deveria estar fortemente apoiada no livre comércio, já que se trata de uma espécie de preparação para uma inserção ainda maior nos circuitos da globalização. Por outro lado, segundo o regionalismo autônomo, entende-se que a coordenação entre os países é necessária para recuperar a capacidade de tomar decisões autônomas de desenvolvimento.

Dessa maneira, o regionalismo autônomo exige medidas de coordenação regional substantivas, e muitas delas exigem a concertação de normas supranacionais. Isso faz com que essa proposta exija muito mais de cada um dos países e dos atuais blocos do que a simples retórica da irmandade. No regionalismo autônomo, deve-se desenhar políticas comuns. As prioridades mais urgentes são a soberania alimentar e energética.

Além disso, como já foi mencionado, é preciso romper com a dependência imposta pela globalização. Não se trata de cair em um isolacionismo regional, mas em recuperar as capacidades de decisão para determinar como se estabelecerão conexões e desconexões globais. Isso é possível na medida em que, em transições, sejam redimensionados substancialmente os fluxos de comércio de matérias-primas e outros produtos, além dos fluxos de capital. Essa desconexão em parte se assemelha à ideia da desglobalização proposta por Samir Amin,<sup>20</sup> mas com diferenças substanciais, co-

19 Cepal, *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad* (Santiago: Cepal, 1994).

20 Samir Amin, *La desconexión* (Buenos Aires: Iepala; Pensamiento Nacional, 1988).

meçando por definir que as transições somente seriam possíveis para conjuntos de países e, logo, sob outro regime de integração regional. Em outras palavras, uma alternativa à globalização atual necessariamente deve incorporar uma dimensão regional e, portanto, exige outro tipo de integração continental.

### Desmaterialização e austeridade

Os diferentes componentes das transições pós-extrativistas ilustrados anteriormente configuram um ordenamento que se afasta da obsessão com o crescimento econômico como meta de desenvolvimento. Crescimento e desenvolvimento se desacoplam e são encaminhados na direção de uma alternativa substancial no âmbito do Bem Viver.

As diferentes medidas aqui propostas buscam ser reordenadas para usos produtivos, que reduzam o consumo de matéria-prima, energia e emissões. É uma “desmaterialização” da economia. Isso corresponde a processos produtivos que não apenas consomem menos insumos como também os utilizam com maior eficiência, exigem menos energia, reduzem sua “pegada de carbono”, contam com intensos programas de reciclagem e reutilização etc.

A desmaterialização é indispensável para reduzir a demanda de produtos extrativistas. Obviamente, isso também exige mudanças no consumo, como um aumento no período de uso dos bens (dilatando os tempos de obsolescência, priorizando a funcionalidade em detrimento da posse, a durabilidade em vez da troca constante por novos produtos) e a moratória sobre certos bens de alto impacto ecológico. Essas e outras medidas se complementam com o combate à opulência. Em vez do consumo entendido como propriedade, deve-se enfatizar a acessibilidade e o uso (por exemplo,

as demandas de transporte não necessariamente exigem proprietários únicos de automóveis, mas que possam ser satisfeitas por um serviço de transporte público, sempre e quando este seja ágil e eficiente).

### Reforma política e protagonismo cidadão

Embora as transições pós-extrativistas apontem para uma maior qualidade de vida, sem dúvida esse futuro será mais austero. Os atuais níveis de consumo, especialmente aquele consumo que é supérfluo e banal, devem ser abandonados. A qualidade de vida deixa de ser entendida como uma simples acumulação de bens materiais para ser ampliada a dimensões culturais, afetivas e espirituais, e a opulência não é mais motivo de comemoração. Paralelamente, essas mudanças também apontam para o rompimento com o reducionismo das valorações econômicas ao adotarem outras escalas e percepções de valor. Esses e outros componentes fazem com que as transições sejam como passos em direção a um futuro pós-capitalista.

As transições ao pós-extrativismo enfrentarão enormes desafios no terreno social, particularmente em seus flancos cultural e político-partidário. Existe uma cultura amplamente difundida, ensimesmada em atividades como a mineração ou que sonha com a riqueza que o petróleo pode prover. Além disso, esses empreendimentos são vistos como ingredientes indispensáveis da ideologia do “progresso”.

O pós-extrativismo, portanto, não é apenas uma mudança substancial sobre esses setores produtivos: exige também transformações culturais. Haverá tensões e contradições importantes, reações contrárias de

empresários que temem perder seus lucros, de políticos que não desejam renunciar a suas cotas de poder ou de setores que anseiam o consumo material. Portanto, o campo das transformações do pós-extratativismo é complexo. Sem tentar esgotar esse tema, pode-se indicar alguns pontos.

Serão necessários intensos e consistentes programas para reformar os atuais padrões de consumo, combatendo a opulência, favorecendo bens e produtos de mais longa duração, mais bem equilibrados em energia e matéria-prima, intensificando o reuso e a reciclagem e compartilhando os usos. Nesse terreno, deve-se avançar apelando a diversas medidas, como a educação e a difusão, juntamente com instrumentos econômicos que incentivem uma redução do consumismo, e medidas estritas de controle e regulação social e ambiental.

No campo político, as transições exigirão fortalecer a estrutura democrática, assegurar uma adequada participação social e levar a cabo regulações sociais sobre o mercado e o Estado. Nesse caminho, é indispensável reverter o descrédito da política e da representação democrática atual. As democracias eleitorais formais ainda ostentam muitas limitações na participação cidadã e na regulação social, em razão de um exagerado presidencialismo. Caso se persista nesse caminho, é quase impossível construir estruturas de participação e controle cidadão e defender perspectivas alternativas ao extrativismo. Portanto, é necessário ampliar a base democrática na região, tanto a partir de uma expansão e de um fortalecimento dos mecanismos e instituições em jogo, quanto por uma renovação da política partidária.

Outro componente radica em relançar a política em direção a mudanças possíveis. Em vários países, parece que a chegada dos governos progressistas congelou o debate sobre outras mudanças, e muitos se dão por satisfeitos com as reformas empreendidas. É preciso recuperar a cota de

liderança e participação políticas vividas poucos anos atrás, e começar a debater as saídas pós-extrativistas a partir de uma estrutura social muito mais ampla.

Estes últimos aspectos revelam a necessidade de uma renovação do progressismo, na medida em que se trata de uma corrente comprometida com a justiça social que deve rever seu apego à ideologia do crescimento e seu reducionismo materialista e superar suas dificuldades em compreender as demandas de novos movimentos sociais em temas como ambiente, gênero ou interculturalidade.<sup>21</sup>

É evidente que as práticas de mudança serão diversas. Em alguns casos, se poderá apelar a transformações de ruptura ou quebra, inclusive revolucionárias. Em outros, serão necessárias reformas graduais, avançando passo a passo. Essas abordagens não estão necessariamente em contradição, e na verdade deveriam complementar-se. Por exemplo, há locais em que uma ruptura com o extrativismo parece imprescindível, com fortes estalidos sociais que imponham uma moratória à mineração a céu aberto. Em outras circunstâncias, porém, os esforços se concentram em reformar as regulações econômicas. Em um ritmo ou outro, apelando ao Estado ou residindo na sociedade civil, as transformações do pós-extratativismo dedicam-se a transcender o desenvolvimento atual. Nesse sentido, portanto, todas são radicais.

O conceito de cidadania deve ser reformulado diante desse desafio, ampliando-o em uma perspectiva territorial e ambiental. Também o campo da justiça deve expandir-se para além dos direitos políticos e

21 Eduardo Gudynas, “La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda” (*Sin Permiso*, Barcelona, n.8, 2010, p.147-167).

sociais, ou formas de redistribuição econômica, para empreender o reconhecimento, a participação e os Direitos da Natureza. Na América Latina, tais mudanças somente são possíveis em uma estrutura intercultural, uma vez que as contribuições dos saberes indígenas não podem ser eliminadas ou suplantadas. Os futuros alternativos desejáveis expressam esse sentido normativo.

No fim das contas, as possibilidades de mudança estão nas mãos de indivíduos convertidos em sujeitos de criação histórica. As trilhas pós-extrativistas começam com os primeiros passos que cada um possa dar e, com o exemplo proporcionado por esse caminhar, serão abertos espaços para que outros se somem a esses esforços.